

c. Valor referente à economia de recursos aplicados na prestação de serviços de preparação, administração, fiscalização e co-ordenação na execução de todas as atividades para a realização do 47º Grande Prêmio do Brasil de Fórmula 1 de 2018 que serão devolvidos aos cofres públicos

15. Provisões

	2018	2017
a. Provisão para Férias e encargos	2.405.712,10	2.345.597,30
b. Provisão para Contingências	963.333,47	2.272.263,60
Total geral	3.369.045,57	4.617.860,90

a. Provisão para Férias e encargos: representam as obrigações com férias, acrescido do 1/3 e encargos sociais e previdenciários (FGTS e INSS), devidos aos empregados até a data do balanço.

b. Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis: a empresa constituiu Provisão para 3 (três) processos de natureza cível (nota nº 16).

16. Contingências

A SPObras é parte passiva em processos cíveis e civis públicos, decorrentes de contratos de Obras celebrados junto à municipalidade com recursos de Fontes do Tesouro e das Operações Urbanas. Existem 03 (três) litígios classificados como de perda provável pelo departamento jurídico, conforme demonstramos abaixo, e para os quais a empresa atualizou os valores provisionados como perda em 2018.

A SPObras efetua acompanhamento periódico do andamento dos processos, avaliando e reconhecendo as mudanças nos estágios dos respectivos litígios.

Processos judiciais	Valores atualizados
0034191-58.2013.8.26.0053	176.917,27
1007380-10.2014.8.26.0053	293.887,60
0017375-98.2013.8.26.0053	492.528,60
Total das ações provisionadas	963.333,47

As referidas ações possuem seus valores corrigidos pela Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJESP.

A empresa possui ainda o processo nº 1051076-57.2018.8.26.0053 classificado como uma obrigação presente provável cujo objeto é cobrança de notas fiscais já contabilizadas a pagar no grupo de fornecedores. Os valores dessas notas fiscais ainda não foram pagos por falta de apresentação de documentos fiscais pela contratada conforme previsto em contrato.

Foi efetuado um ajuste no Patrimônio Líquido referente ao acordo definitivo no Processo nº 0048380-46.2010.8.26.0053. O valor anteriormente provisionado em Ações Cíveis nesse processo foi ajustado e as parcelas pagas no acordo foram reembolsadas pela PMSP através das Notas de Débito nº 22 e 23/18. Assim, o valor de R\$ 1.513.927,62 que estava provisionado no final de 2017 foi totalmente estornado do Resultado Acumulado.

17. Operações Urbanas				
Os valores referentes às disponibilidades, contas a receber, fornecedores, impostos e resultado relativos às Operações Urbanas são controladas em rubricas distintas devido aos recursos serem vinculados. (nota nº 20).				
ATIVO	PASSIVO			
Disponibilidades	184.433,04	Fornecedores	132.227,80	
Contas a Receber	162.541,82	Impostos	55.029,70	
		Saldo	159.717,36	
	346.974,86		346.974,86	

18. Capital social

O valor do capital social da SPObras está definido na cláusula 6ª do Contrato Social (Anexo II do Decreto nº 51.415, de 16 de abril de 2010 e alterado por incorporações de Adiantamentos para futuro Aumento de Capital posteriores). A última alteração se deu através do Decreto nº 54.604, de 21 de novembro de 2013. A atual distribuição do capital é a seguinte:

Sócia	Porcentagem (%)	Valor subscrito	Valor a ser integralizado	Valor integralizado
PMSP	99,11	9.345.228,00	0,00	9.345.228,00
SP-URBANISMO	0,89	83.545,00	0,00	83.545,00
Total	100	9.428.773,00		9.428.773,00

19. Partes relacionadas

Em cumprimento ao Pronunciamento contábil - CPC 05, a SPObras declara que possuía, na data do balanço, operações com características de partes relacionadas:

a. A Prefeitura do Município de São Paulo PMSP, detentora de 99,11% do capital social, é seu principal cliente;

b. Remuneração paga aos administradores, incluindo diretores, conselheiros fiscais e administrativos (nota nº 23).

20. Receita Operacional Bruta	
Prestação de serviços	2018
Equipe interna	5.592.990,75
Taxa de administração – Operações Urbanas	5.064.226,74
Mobiliário Urbano - Abrigos	7.493.431,75
Mobiliário Urbano - Relógios	6.480.320,00
Fórmula 1	40.940.024,63
Total	65.570.993,87

Equipe Interna

Provenientes de serviços realizados pela equipe interna da SPObras na fiscalização de obras realizadas por Secretarias Municipais bem como de apoio técnico à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana (SIURB)

Operações Urbanas

As operações urbanas visam promover melhorias em regiões pré-determinadas da cidade, por meio de parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada. Para cada área - objeto de Operação Urbana – existe uma Lei ou Decreto Municipal estabelecendo as metas a serem cumpridas, bem como os mecanismos de captação de recursos, de incentivos, benefícios e percentuais de remuneração.

Operação Urbana Centro: Lei nº 12.349 de 06/06/1997;

Operação Urbana Consorciada Água Branca: Lei nº 11.774 de 18/05/1995 e Lei nº 15.893 de 07/11/2013;

Operação Urbana Consorciada Faria Lima: Lei nº 13.769 de 26/01/2001, Lei nº 13.871 de 08/07/2004, Lei nº 15.519 de 29/12/2011, Lei nº 16.050 de 31/07/2014 e Lei nº 16.242 de 31/07/2015.

Operação Urbana Consorciada Água Espraiada: Lei nº 13.260 de 28/12/2001, Lei nº 15.416 de 22/07/2011 e Lei nº 15.519 de 29/12/2011.

Mobiliário Urbano

A SPObras é remunerada pelos serviços prestados relativos ao planejamento, implementação, gestão e fiscalização das concessões dos serviços públicos aprovadas pela Lei nº 15.465, de 18 de outubro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 52.933, de 19 de janeiro de 2012, relativos aos abrigos de ônibus e Relógios digitais.

Grande Prêmio de Fórmula 1

A SPObras através do contrato nº 11/2018 SGM – Secretaria do Governo Municipal ficou responsável pela prestação de serviços de preparação, administração, fiscalização e coordenação na execução de todas as atividades para a realização do 47º Grande Prêmio do Brasil de Fórmula 1 de 2018.

O resultado contábil dessa contratação é apresentado a seguir:

Contrato Fórmula 1	
Remuneração Total	40.940.024,63
Abatimentos no serviço	(2.025.071,07)
Impostos sobre o serviço	(3.171.568,72)
Custos dos serviços prestados	(30.144.016,15)
Despesas Operacionais	(3.997,84)
Financeiras Líquidas	81.215,98
Resultado Contábil	5.676.586,83

21. Custos e Despesas

A empresa optou por apresentar a Demonstração de Resultado por função, apresentando a seguir o detalhamento por natureza:

2018						
por natureza	por função		Custos dos seviços prestados		Despesas gerais e adm.	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Salários, encargos e benefícios	18.564.552,47	20.066.568,20	9.184.346,68	10.060.871,17	27.748.899,15	30.127.439,37
Alugueis e condomínios	213.929,90	409.333,82	210.179,89	409.333,74	424.109,79	818.667,56
Serviços de terceiros	1.689.563,85	1.746.835,44	901.822,13	825.522,91	2.591.385,98	2.572.358,35
Despesas gerais	364.883,38	392.182,87	276.574,69	245.154,80	641.458,07	637.337,67
Impostos e Taxas	6.513,64	14.161,69	35.093,75	114.495,17	41.607,39	128.656,86
Serviços de terc. Obras	54.901,56	-	-	-	54.901,56	-
Mobiliário Urbano	329.051,20	-	-	-	329.051,20	-
Fórmula 1	30.144.016,15	-	-	-	30.144.016,15	-
	51.367.412,15	22.629.082,02	10.608.017,14	11.655.377,79	61.975.429,29	34.284.459,81

22. Outras receitas e despesas

22.1 Através do Decreto nº 58.319 de 13/07/2018, a SPObras recebeu da Prefeitura do Município de São Paulo, a permissão de uso do Autódromo Municipal José Carlos Pace (Interlagos). Coube a SPObras, a partir do Decreto, a gestão de todos os eventos nele promovidos, explorando os espaços existentes e arcando com as despesas de manutenção e conservação do equipamento urbano. Tais valores foram registrados dentro de outras receitas e despesas operacionais, e o resultado contábil é apresentado a seguir:

Permissão de Uso - Autódromo	
Receitas (Cessão e Financeiras)	2.183.449,68
Despesas Gerais	(1.142.025,02)
Resultado Contábil	1.041.424,66

22.2 Esse grupo inclui despesas com atualização de ações cíveis e provisão para perdas estimadas.

23. Remuneração paga aos administradores

Em atendimento a Lei 13.303/16 e CPC 26, segue os montantes pagos aos administradores da SPObras, no exercício de 2018:

	2018	2017
Diretoria	1.157.124,17	1.355.750,00
Conselho de Administração	600.000,00	582.000,00
Conselho Fiscal	159.000,00	156.000,00
TOTAL	1.916.124,17	2.093.750,00

24. Derivativos

Em 31 de dezembro de 2018, a empresa não possuía operações caracterizadas como instrumentos financeiros derivativos, em observância aos Pronunciamentos contábeis CPC nº 39 e 40.

25. Eventos subsequentes

Não temos conhecimento de eventos subsequentes entre a data das demonstrações contábeis e a data de conclusão e aprovação pela administração, que venham a requerer ajustes nos saldos contábeis, decorrente de receitas e despesas de competência do exercício de 2018, e que poderiam afetar significativamente as referidas demonstrações contábeis.

1

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO

GABINETE DO PRESIDENTE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A Administração da Companhia Paulistana de Securitização – SP Securitização (“Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores Acionistas e ao público em geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia teve sua criação autorizada pela Lei Municipal nº 15.406, de 8 de julho de 2011 (“Lei Autorizativa”), tendo sido constituída no dia 15 de agosto de 2011, pela Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária, e pela Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - SPDA.

A Companhia é uma sociedade integrante da administração indireta do Município de São Paulo, sob a forma de sociedade por ações, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura da Cidade de São Paulo (“SF” e “PMSP”) e tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implantação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, com lastro nos referidos direitos creditórios.

I. Resultado financeiro do exercício

A receita total alcançada pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 10.990,23 (R\$ 39.874,42 em 2017), referente aos rendimentos de aplicações financeiras em fundo de renda fixa. A diferença entre as rentabilidades dos exercícios de 2018 e 2017 decorre da redução do saldo de caixa da Companhia alocado nas referidas aplicações financeiras de renda fixa.

As despesas da SP Securitização no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 64.821,75, referentes essencialmente a assessoria contábil, serviços de auditoria independente e taxas (R\$ 550.462,53 em 2017). A redução no valor das despesas no exercício social de 2018 em relação ao exercício social anterior se deve quase totalmente ao desligamento de todo o quadro de funcionários e administradores da Companhia durante o ano de 2017.

Isto posto, a administração da Companhia anuncia o prejuízo de R\$ 54.313,39 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (510.519,31 em 2017). A diferença entre os valores dos prejuízos da Companhia nos exercícios sociais de 2018 e de 2017 decorre da redução de despesas detalhada acima.

II. Perspectivas

No exercício social de 2019, a administração da Companhia pretende concluir a operação de securitização do PPI, projeto que propiciará a transição da Companhia da fase pré-operacional para operacional.

Para implantação dessa operação, é necessária a manutenção da autorização da acionista majoritária da Companhia para o seu prosseguimento. A Companhia já conta com a autorização do Tribunal de Contas do Município – TCM para a realização do processo licitatório para contratação da prestação de serviços técnicos especializados de assessoria financeira para a estruturação, registro e distribuição pública junto ao mercado de capitais, de debêntures com garantia real, que terão como garantia o fluxo financeiro oriundo do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, e estruturação, registro e distribuição pública ou privada de debêntures subordinadas.

Por outro lado, aguarda-se, a tramitação no Congresso Nacional do PLS 204/2016, convertido no PLP 459/2017, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, permitindo, mediante autorização legislativa, a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, inscritos ou não em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado. Esse projeto de lei exclui legalmente as securitizações dos ativos nele previstos do rol de operações de crédito, evitando-se as restrições desse tipo de operação, bem como trazendo conforto ao investidor em sua estruturação.

O texto que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados desde dezembro de 2017, inobstante as diversas mudanças internas, não endereça a questão referente aos tributos incidentes sobre a receita financeira da que a Companhia auferirá com a operação.

A Companhia protocolou, em 2016, consulta junto à Receita Federal quanto ao tratamento tributário da operação, a fim de se esclarecer a possibilidade de enquadramento em alíquotas favoráveis que não representem ônus excessivo à operação, de maneira a equipará-la às operações tratadas no art. 3º, §8º da Lei nº 9.718/98. No final de 2018, a Receita finalmente recebeu a resposta à consulta pontuando que a equiparação pretendida não seria possível, segundo interpretação do órgão.

Desta maneira, a questão deverá ser endereçada em legislação específica, ou demandará outro arranjo financeiro para a operação.

Deve-se reiterar que a operação de securitização necessita de uma ampla cooperação entre a SP Securitização, a PMSP e os assessores contratados pela primeira. O processo de arrecadação do fluxo do PPI deverá ser auditado e adaptado para a transferência de recursos entre a PMSP, a SP Securitização e debenturistas. Portanto, o sucesso da operação necessitará de um esforço conjunto de todos os agentes envolvidos.

Superadas as questões referentes ao marco regulatório e à tributação da operação, a administração pretende tomar as providências necessárias para o registro da SP Securitização na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, como emissora de valores mobiliários admitidos à negociação (Categoria B). A justificativa do referido registro está relacionada (i) ao fato de que uma das alternativas para a realização de ofertas públicas de distribuição, mediante a sua realização nos termos da Instrução CVM nº 400, de 2003, é permitida somente aos emissores registrados na CVM; (ii) ao fato de que, ainda que se opte pela realização de distribuição pública com esforços restritos, deve-se destacar que investidores relevantes, como alguns fundos de investimento e fundos de pensão, possuem limitações ou até mesmo vedações para a aquisição de debêntures emitidas por sociedades por ações não registradas junto à CVM; (iii) e à visibilidade e à credibilidade conferida à distribuição de debêntures, com maior segurança ao investidor, em vista da divulgação pública de informações sobre a Companhia e a sua supervisão pela CVM.

O Relatório da Administração é parte integrante das demonstrações financeiras e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas.

Desta forma, a Companhia anuncia seus resultados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro em 2018. Os valores estão expressos em R\$ (reais) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações.

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO – SP SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO – SP SECURITIZAÇÃO é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE dotada de personalidade jurídica de direito privado e integrante da administração indireta do Município de São Paulo, constituída sob a forma de Sociedade por ações de economia mista, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças e sua constituição foi autorizada pela Lei Municipal 15.406, de 8 de julho de 2011, tendo seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP em 27 de setembro de 2011.

A SP Securitização tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, a que se refere o artigo 32 da Lei Municipal 15.406, de 8 de julho de 2011.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas de forma condizente e espontaneamente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras.

* Base de mensuração - Os principais ativos e passivos foram mensurados inicialmente (mensuração inicial) pelo seu valor justo e posteriormente (mensuração posterior) pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

* Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima.

* Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial.

A aprovação para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 25 de fevereiro de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras são:

* Moeda estrangeira: No atual contexto operacional, a Companhia não tem transações referenciadas em moeda estrangeira.

* Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício.

* Ativos financeiros não derivativos: A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) contas a pagar e recebíveis.

* Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

* Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

* Passivos financeiros não derivativos: Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a transação seja realizada com a mesma contraparte, a Companhia tenha o direito legal e contratual de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

* Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações - quando for o caso - são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

* Imobilizado:

Reconhecimento e mensuração: A Companhia não possui itens de imobilizado passíveis de reconhecimento e mensuração, porém, eventualmente, caso a Companhia possua itens do imobilizado, a política inicial a ser adotada será a mensuração pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas.

O software, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, será capitalizado como parte daquele equipamento.

Caso haja partes de um item do imobilizado de diferentes vidas úteis, o tratamento a ser adotado será o registro como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado serão apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação: A depreciação será calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes, sem terem sofrido quaisquer alterações:

Imóveis em uso edificações	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de comunicação	5 anos
Sistemas de processamento de dados	5 anos
Sistemas de transporte	5 anos
Outros componentes	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

* Redução ao valor recuperável ("impairment")

Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Ativos não financeiros: O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

* Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

* Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa ante de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

* Apuração do resultado: A Companhia está em fase pré-operacional, portanto a receita operacional apresentada constitui apenas o resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários. A despesa operacional é formada por despesas administrativas com contabilidade externa e auditoria independente e demais necessárias para o funcionamento da Companhia.

* Imposto de renda e contribuição social: A Companhia não apresentou lucro passível de tributação, porém o Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes deverão ser calculadas com base na legislação tributária vigentes nas alquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000,00 no exercício para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores.

* Determinação do valor justo: As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para estabelecer qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	2018	2017
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		
CAIXA	7,45	146,95
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	122.737,33	180.917,22
TOTAIS	122.744,78	181.064,17
(*) Fundo de Investimento BB Milênio 32 FI RF		

As cotas dos fundos de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador.

5. OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	2018	2017
OUTROS CRÉDITOS		
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		
IRRF - APLICACOES FINANCEIRAS	1.876,12	0,00
SALDO NEGATIVO IRPJ 2017	10.147,37	9.614,34
TOTAIS	12.023,49	9.614,34

O total de tributos a compensar compreende R\$ 12.023,49, sendo este oriundo de Imposto de Renda s/ Aplicação Financeira no exercício vigente, compondo posteriormente o Saldo Negativo de IRPJ em 2018.

6. OUTRAS OBRIGAÇÕES E CONTINGÊNCIAS

Fornecedores: Refere-se a despesas a pagar a empresa terceirizada, contratada para efetuar os registros contábeis da Companhia, bem como outros serviços prestados ou bens adquiridos no curso normal das atividades.

DESCRIÇÃO	2018	2017
FORNECEDORES		
FORNECEDORES	3.850,00	4.802,86
TOTAIS	3.850,00	4.802,86

Obrigações Tributárias:

Refere-se à responsabilidade por recolhimento de impostos e contribuições retidos na fonte pelo pagamento a outras pessoas jurídicas pela prestação de serviços de natureza profissional, e impostos retidos s/ receita de aplicação financeira.

DESCRIÇÃO	2018	2017
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		
PIS A RECOLHER	8,68	13,25
COFINS A RECOLHER	26,38	39,66
TOTAIS	35,06	52,91

Obrigações Trabalhistas e Sociais: a Companhia não apresentou funcionários período de 2018.

Passivos contingentes: Não há litígio em andamento ou riscos que necessitem de provisão ou divulgação contábil, requerida de acordo com o CPC 25.

7. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controlador: A Companhia tem em seu bloco de controle a Prefeitura do Município de São Paulo que possui a maioria do capital votante, estimada em 77,80%, ficando as demais ações com a Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA que possui 22,20%.

A Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da SP Securitização acumulam a Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da SPDA também vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda.

A Companhia é administrada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, órgão este de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da Companhia.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 4.550.000 em moeda corrente nacional, representado por 4.550.000 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.

b) Prejuízo do Exercício: A SPSEC apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$ 54.939,53

c) Prejuízos Acumulados: A SPSEC possui prejuízos acumulados de exercícios anteriores no valor de R\$ 4.362.240,59.

d) Ajuste de exercícios anteriores: A SPSEC não realizou ajuste referente a exercícios anteriores em 2018.

e) Reserva legal: Deverá ser constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia não registrou lucro líquido, desta forma, não constituiu reserva legal.

f) Dividendos: O Estatuto da Companhia autoriza o Conselho de Administração a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e a declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais.

O Estatuto estabelece também que as ações ordinárias terão direito a dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções admitidas em lei. Em razão do prejuízo do exercício, a Administração não distribuirá dividendos.

9. RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro da Companhia é composto da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2018	2017
RECEITAS FINANCEIRAS		
JUROS DE APLICAÇÕES	8.992,43	39.874,00
JUROS ATIVOS	604,03	0,00
TOTAIS	9.596,46	39.874,00
DESPESAS FINANCEIRAS	767,62	69,00
RESULTADO FINANCEIRO	8.828,84	39.943,00

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em caso de lucro tributável, a Companhia provisiona as parcelas de imposto de renda e contribuição social, obedecendo ao regime de competência mensalmente.

A provisão para o imposto é calculada à razão de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10%, o que exceder a R\$ 20.000/ mês sobre o lucro tributável, conforme estabelece a legislação vigente.

A provisão para a contribuição social é calculada à razão de 9% sobre o lucro tributável, conforme estabelece a legislação vigente.

Em razão da apuração de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, não houve reconhecimento de despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2016 e 2017.

A seguir, demonstrativo do cálculo do prejuízo fiscal de janeiro a dezembro de 2018:

DESCRIÇÃO	2018	2017
COMPOSIÇÃO DE DESPESAS DE IRPJ E CSLL		
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	(54.939,53)	(510.591,00)
(+) ADIÇÕES	0,00	0,00
(-) EXCLUSÕES	0,00	0,00
BASE DE CALCULO	(54.939,53)	(510.591,00)
PROVISÃO DO IRPJ	0,00	0,00
PROVISÃO DA CSLL	0,00	0,00

11. HONORÁRIOS DE ADMINISTRADORES E SALÁRIOS

DESCRIÇÃO	2018	2017
HONORÁRIOS DE CONSELHO E ADMINISTRAÇÃO	0,00	96.000,00
ENCARGOS SOCIAIS PROPORCIONAIS - CONSELHO E ADM	0,00	21.600,00
HONORÁRIOS DE CONSELHO FISCAL	0,00	36.000,00
ENCARGOS SOCIAIS PROPORCIONAIS - CONSELHO FISCAL	0,00	8.100,00
TOTAIS	0,00	161.700,00

12. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste, única e exclusivamente, em securitizar Direitos Creditórios, do Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), do Município de São Paulo, por meio de Contrato de Cessão, em contrapartida da emissão de Debêntures para captação de recursos no mercado aberto, sendo este o único segmento de negócio da Companhia.

Diretor	Contador
Jonathan Singh Mazon	GALUCCI & ASSOCIADOS ASSESSORIA CONTABIL TRIBUTARIA
CPF nº 268.458.678-01	CRC 2SP019664/O-6

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO - SP SECURITIZAÇÃO									
Balanço Patrimonial									
Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017									
(Em reais)									
Ativo					Passivo e Patrimônio Líquido				
		Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017			Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			134.788	190.679	Circulante			3.885	4.886
Caixa e equivalentes de caixa	4		122.745	181.064	Fornecedores			3.850	4.803
Outros Créditos	5		12.023	9.614	Obrigações Tributárias	6		35	53
Despesas do Exercício Seguinte			-	-	Obrigações Trabalhistas e Sociais			-	-
					Patrimônio Líquido	8		130.883	185.823
					Capital social			4.550.000	4.550.000
					Prejuízos do Exercício			(54.940)	(510.519)
					Prejuízos Acumulados			(4.362.241)	(3.851.721)
					Ajustes de Exercícios Anteriores			(1.937)	(1.937)
Total do ativo			134.788	190.679	Total do passivo e do patrimônio líquido			134.788	190.679
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis									
DIRETOR					CONTADOR				
JONATHAN SINGH MAZON					GALUCCI & ASSOCIADOS ASSESSORIA CONTABIL TRIBUTARIA				
CPF: 268.458.678-01					CRC 2SP019664/O-6				

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO - SP SECURITIZAÇÃO		
Demonstração de resultado		
Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017		
(Em reais)		
	31/12/2018	31/12/2017
Administrativas	(64.536)	(550.463)
Despesa com Pessoal	-	(486.516)
Despesas gerais	(56.829)	(66.076)
Encargos sociais e obrigações Tributárias	-	17.087
	(7.707)	(14.957)
Financeiras	8.829	39.943
Despesas financeiras	(768)	69
Receitas financeiras	9.596	39.874
Outras Receitas	768	-
(=) Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(54.940)	(510.519)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
(=) Prejuízo líquido do exercício	(54.940)	(510.519)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

DIRETOR

JONATHAN SINGH MAZON

CPF: 268.458.678-01

CONTADOR

GALUCCI & ASSOCIADOS ASSESSORIA CONTABIL TRIBUTARIA

CRC 2SP019664/O-6

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO - SP SECURITIZAÇÃO		
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		
Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017		
(Em reais)		
Descrição	Capital Social	Prejuízos Acumulados
	4.550.000	(3.851.979)
Saldos em 01 de Janeiro de 2017	-	-
Aumento de Capital	-	-
Prejuízo do Exercício	-	(510.519)
Ajuste exercício anterior	-	(1.679)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	4.550.000	(4.364.177)
Saldos em 01 de Janeiro de 2018	4.550.000	(4.364.177)
Aumento de Capital	-	-
Prejuízo do Exercício	-	(54.940)
Ajuste exercício anterior	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	4.550.000	(4.419.117)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		
DIRETOR	CONTADOR	
JONATHAN SINGH MAZON	GALUCCI & ASSOCIADOS ASSESSORIA CONTABIL TRIBUTARIA	
CPF: 268.458.678-01	CRC 2SP019664/O-6	

Empresa: COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZACAO - SP SECURITIZACAO

CNPJ: 14.693.925/0001-70

Período: 01/01/2018 - 31/12/2018

Folha: 0001

Número livro: 0001

Emissão: 22/02/2019

Hora: 15:49:40

BALANCETE						
Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	1	ATIVO	190.678,51	76.764,48	132.674,72	134.768,27
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE	190.678,51	76.764,48	132.674,72	134.768,27
3	1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	181.064,17	74.288,63	132.608,02	122.744,78
4	1.1.1.01	CAIXA	146,95	0,00	139,50	7,45
5	1.1.1.01.000001	CAIXA MATRIZ	146,95	0,00	139,50	7,45
7	1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO - NO PAÍS	0,00	65.296,20	65.296,20	0,00
8	1.1.1.02.000001	BANCO DO BRASIL	0,00	65.296,20	65.296,20	0,00
10	1.1.1.04	APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	180.917,22	8.992,43	67.172,32	122.737,33
543	1.1.1.04.000001	BANCO DO BRASIL S/A	180.917,22	8.992,43	67.172,32	122.737,33
18	1.1.3	OUTROS CRÉDITOS	9.614,34	2.475,85	66,70	12.023,49
28	1.1.3.08	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	9.614,34	2.475,85	66,70	12.023,49
31	1.1.3.08.000005	IRRF - APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	1.876,12	0,00	1.876,12
599	1.1.3.08.000021	SALDO NEGATIVO IRPJ 2017	9.614,34	599,73	66,70	10.147,37
149	2	PASSIVO	190.678,51	56.974,72	56.004,01	189.707,80
150	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	4.855,77	56.974,72	56.004,01	3.885,06
164	2.1.3	FORNECEDORES	4.802,86	56.175,01	55.222,15	3.850,00
165	2.1.3.01	FORNECEDORES	4.802,86	56.175,01	55.222,15	3.850,00
10001	2.1.3.01.000001	FORNECEDORES	4.802,86	39.620,01	34.817,15	0,00
10010	2.1.3.01.000005	GALUCCI & ASSOCIADOS ASSESSORIA CONTABIL E TRIB.S/S	0,00	16.555,00	20.405,00	3.850,00
169	2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	52,91	799,71	781,86	35,06
170	2.1.4.01	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	52,91	799,71	781,86	35,06
179	2.1.4.01.000008	PIS A RECOLHER	0,00	71,94	67,37	8,68
180	2.1.4.01.000009	COFINS A RECOLHER	39,66	427,78	414,50	26,38
183	2.1.4.01.000012	ISS RETIDO A RECOLHER	0,00	299,99	299,99	0,00
242	2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	185.822,74	0,00	0,00	185.822,74
243	2.3.1	CAPITAL SOCIAL	4.550.000,00	0,00	0,00	4.550.000,00
244	2.3.1.01	CAPITAL SUBSCRITO	4.550.000,00	0,00	0,00	4.550.000,00
245	2.3.1.01.000001	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO PAULO	0,00	0,00	0,00	3.540.000,00
600	2.3.1.01.000002	CIA S/P, DESENVOL. E MOBIL. ATIVOS - SPDA	1.010.000,00	0,00	0,00	1.010.000,00
264	2.3.3	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	(4.362.240,59)	0,00	0,00	(4.362.240,59)
265	2.3.3.01	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	(4.362.240,59)	0,00	0,00	(4.362.240,59)
267	2.3.3.01.000002	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	(4.362.240,59)	0,00	0,00	(4.362.240,59)
248	2.3.4	OUTRAS CONTAS DO PATRIMONIO LIQUIDO	(1.936,67)	0,00	0,00	(1.936,67)
601	2.3.4.01	OUTRAS CONTAS DO PATRIMONIO LIQUIDO	(1.936,67)	0,00	0,00	(1.936,67)
602	2.3.4.01.000001	AJUSTE DE EXERCICIO ANTERIOR	(1.936,67)	0,00	0,00	(1.936,67)
269	3	CONTAS DE RESULTADO - CUSTOS E DESPESAS	0,00	64.821,75	0,00	(64.821,75)
295	3.2	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	64.821,75	0,00	(64.821,75)
296	3.2.1	DESPESAS COM VENDAS	0,00	1.120,00	0,00	(1.120,00)
309	3.2.1.03	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	0,00	1.120,00	0,00	(1.120,00)
606	3.2.1.03.000002	DESP. C/ PUBLICIDADE DE ORDEM LEGAL	0,00	1.120,00	0,00	(1.120,00)
329	3.2.2	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	63.701,75	0,00	(63.701,75)
345	3.2.2.03	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	7.225,53	0,00	(7.225,53)
350	3.2.2.03.000005	TAXAS DIVERSAS	0,00	1.523,68	0,00	(1.523,68)
607	3.2.2.03.000008	TFE	0,00	5.701,85	0,00	(5.701,85)
353	3.2.2.04	DESPESAS GERAIS	0,00	55.708,60	0,00	(55.708,60)
359	3.2.2.04.000006	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	0,00	95,00	0,00	(95,00)
361	3.2.2.04.000008	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	0,00	49.222,16	0,00	(49.222,16)
608	3.2.2.04.000017	DESP. C/ CARTÓRIO	0,00	391,45	0,00	(391,45)
609	3.2.2.04.000018	DESP. C/ AUDITORIA INDEPENDENTE	0,00	5.999,99	0,00	(5.999,99)
367	3.2.2.05	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	767,62	0,00	(767,62)
369	3.2.2.05.000002	VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVAS	0,00	35,39	0,00	(35,39)
372	3.2.2.05.000005	JUROS DE MORA	0,00	170,33	0,00	(170,33)
526	3.2.2.05.000010	MULTAS DE MORA	0,00	561,90	0,00	(561,90)
402	4	CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	0,00	481,87	10.364,09	9.882,22
403	4.1	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	481,87	10.364,09	9.882,22
413	4.1.2	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	481,87	0,00	(481,87)
424	4.1.2.03	(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	481,87	0,00	(481,87)
429	4.1.2.03.000004	(-) PIS	0,00	67,37	0,00	(67,37)
428	4.1.2.03.000005	(-) COFINS	0,00	414,50	0,00	(414,50)
430	4.1.3	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	9.596,46	9.596,46
431	4.1.3.01	JUROS E DESCONTOS	0,00	0,00	9.596,46	9.596,46
432	4.1.3.01.000001	JUROS DE APLICAÇÕES	0,00	0,00	8.992,43	8.992,43
433	4.1.3.01.000002	JUROS ATIVOS	0,00	0,00	604,03	604,03
439	4.1.4	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	0,00	0,00	767,63	767,63
440	4.1.4.01	RECUP. CRÉDITOS CONSIDERADOS INCOBRÁVEIS	0,00	0,00	767,63	767,63
610	4.1.4.01.000001	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	0,00	0,00	767,63	767,63
RESUMO DO BALANCETE						
ATIVO			190.678,51d	76.764,48	132.674,72	134.768,27d
PASSIVO			190.678,51c	56.974,72	56.004,01	189.707,80c
CONTAS DE RESULTADO - CUSTOS E DESPESAS			0,00	64.821,75	0,00	64.821,75d
CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS			0,00	481,87	10.364,09	9.882,22c
CONTAS DEVEDORAS			190.678,51d	141.586,23	132.674,72	199.590,02d
CONTAS CREDORAS			190.678,51c	57.456,59	66.368,10	199.590,02c
RESULTADO DO MES			0,00	64.821,75	9.882,22	54.939,53d
RESULTADO DO EXERCÍCIO			0,00	64.821,75	9.882,22	54.939,53d

Jonathan Singh Mazon
Diretor Administ. Financeiro
CPF: 268.458.678-01

GALUCCI & ASSOCIADOS ASSESSORIA CONTABIL E TRIBUTARIA S/S LT
Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP175078/O-8
CPF: 181.320.648-10

Empresa: COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZACAO - SP SECURITIZACAO		Folha: 0001	
CNPJ: 14.693.925/0001-70		Número livro: 0001	
Período: 01/01/2017 - 31/12/2017			
BALANCETE			
Código	Classificação	Descrição da conta	
1000	1	ATIVO	Saldo Anterior
1001	1.1	ATIVO CIRCULANTE	Débito
1002	1.1.1	DISPONIVEL	Crédito
1003	1.1.1.01	CAIXA GERAL	Saldo Atual
1004	1.1.1.01.001	CAIXA	
1005	1.1.1.01.001.01000	CAIXA MATRIZ	
1006	1.1.1.02	BANCOS	
1007	1.1.1.02.002	BANCOS CONTA MOVIMENTO	
1008	1.1.1.02.002.00001	BANCO DO BRASIL S.A	
1009	1.1.1.02.003	APLICACOES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	
1010	1.1.1.02.003.00001	BANCO DO BRASIL S/A	
1015	1.1.3	CREDITOS	
1016	1.1.3.01	ADIANTAMENTOS	
1017	1.1.3.01.007	ADIANTAMENTOS	
1020	1.1.3.01.007.00003	ADIANTAMENTO DE FERIAS	
1022	1.1.3.01.009	TRIBUTOS A COMPENSAR	
1024	1.1.3.01.009.00002	IRRF - APLICACOES FINANCEIRAS	
4020	1.1.3.01.009.00005	SALDO NEGATIVO IRPJ 2014	
4021	1.1.3.01.009.00006	SALDO NEGATIVO IRPJ 2015	
4029	1.1.3.01.009.00007	SALDO NEGATIVO IRPJ 2016	
4061	1.1.3.01.009.00008	SALDO NEGATIVO IRPJ 2017	
4024	1.1.4	DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE PAGAS ANTECIPADAMENTE	
4025	1.1.4.01	DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE PAGAS	
4026	1.1.4.01.001	DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE PAGAS	
4027	1.1.4.01.001.00001	PREMIOS DE SEGUROS A VENCER	
2000	2	PASSIVO	
2001	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	
2002	2.1.1	OBRIGAÇÕES DO CIRCULANTE	
2003	2.1.1.03	BENEFICIOS E ENCARGOS SOCIAIS - CIRCULANTE	
2004	2.1.1.03.001	OBRIGACOES COM O PESSOAL	
2005	2.1.1.03.001.00001	SALARIOS DIRETORIA PAGAR	
2006	2.1.1.03.001.00002	PRO-LABORE CONSELHO FISCAL A PAGAR	
2010	2.1.1.03.001.00006	RESCISOES A PAGAR	
2076	2.1.1.03.001.00008	PRO-LABORE CONSELHO ADM A PAGAR	
2012	2.1.1.03.002	OBRIGACOES PREVIDENCIARIAS	
2013	2.1.1.03.002.00002	FGTS A RECOLHER	
2014	2.1.1.03.002.00030	IRRF S/ SALARIOS A RECOLHER	
2015	2.1.1.03.002.00031	INSS A RECOLHER	
2016	2.1.1.03.003	FORNECEDORES NACIONAIS	
2017	2.1.1.03.003.00002	FORNECEDORES	
2018	2.1.3	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	
2019	2.1.3.01	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	
2020	2.1.3.01.001	IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECOLHER	
2022	2.1.3.01.001.00013	CONTRIBUICAO SINDICAL/ ASSISTENCIAL	
2023	2.1.3.01.001.00014	CSLL, COFINS E PIS NA FONTE A RECOLHER	
2024	2.1.3.01.001.00015	IRRF S/ PESSOA JURIDICA A RECOLHER	
2077	2.1.3.01.001.00017	PIS A PAGAR	
3050	2.1.3.01.001.00018	COFINS A PAGAR	
2026	2.1.4	PROVISOES CIRCULANTE	
2027	2.1.4.01	PROVISOES	
2028	2.1.4.01.003	PROVISOES	
2029	2.1.4.01.003.00001	PROVISAO PARA FERIAS	
2030	2.1.4.01.003.00002	PROVISAO PARA 13º SALARIO	
2031	2.1.4.01.003.00003	INSS S/ PROVISAO PARA FERIAS	
2032	2.1.4.01.003.00004	INSS S/ PROVISAO PARA 13º	
2033	2.1.4.01.003.00005	FGTS S/ PROVISAO PARA FERIAS	
2034	2.1.4.01.003.00006	FGTS S/ PROVISAO PARA 13º	
2041	2.3	PATRIMONIO LIQUIDO	
2042	2.3.1	CAPITAL SOCIAL	
2043	2.3.1.01	CAPITAL SOCIAL	
2044	2.3.1.01.001	CAPITAL SUBSCRITO INTEGRALIZADO	
2046	2.3.1.01.001.00002	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO PAULO	
2047	2.3.1.01.001.00003	CIA S.P. DESENVOL. E MOBIL. ATIVOS - SPDA	
2064	2.3.6	OUTRAS CONTAS DO PATRIMONIO LIQUIDO	
2065	2.3.6.01	(-) PREJUIZOS ACUMULADOS	
2066	2.3.6.01.001	(-) PREJUIZOS ACUMULADOS	
2067	2.3.6.01.001.00001	(-) PREJUIZOS ACUMULADOS	
2069	2.3.7	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	
2070	2.3.7.01	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	
2071	2.3.7.01.001	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	
2072	2.3.7.01.001.00002	AJUSTE EXERCICIO ANTERIOR	
3000	3	CUSTOS	
3001	3.2	DESPESAS OPERACIONAIS	
3002	3.2.2	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
3003	3.2.2.01	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
3004	3.2.2.01.001	DESPESAS COM PESSOAL	
3005	3.2.2.01.001.00001	SALARIOS	
3006	3.2.2.01.001.00002	INSS S/ SALARIOS	
3007	3.2.2.01.001.00003	FGTS	
3009	3.2.2.01.001.00005	PRO-LABORE CONSELHO FISCAL	
3010	3.2.2.01.001.00006	PROVISAO DE FERIAS	
3011	3.2.2.01.001.00007	PROVISAO DE 13º SALARIO	
3016	3.2.2.01.001.00012	VALE REFEICAO	
3019	3.2.2.01.001.00015	VALE ALIMENTACAO	
3053	3.2.2.01.001.00016	PRO-LABORE CONSELHO ADM	
3020	3.2.2.01.003	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES	
3022	3.2.2.01.003.00002	TFE	
3023	3.2.2.01.003.00003	CONTRIBUICAO SINDICAL PATRONAL	
3024	3.2.2.01.003.00004	TAXAS DIVERSAS	
3047	3.2.2.01.003.00005	PIS S/ RECEITA	
3048	3.2.2.01.003.00006	COFINS S/ RECEITA	
4060	3.2.2.01.003.00009	CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL	
3025	3.2.2.01.004	DESPESAS GERAIS	
3026	3.2.2.01.004.00001	DESP C/ ASSISTENCIA CONTABIL	
3027	3.2.2.01.004.00002	DESP C/ AUDITORIA INDEPENDENTE	
3029	3.2.2.01.004.00004	DESP C/ CORREIOS E TELEGRAFOS	
3031	3.2.2.01.004.00006	DESP C/ CARTORIO	
3036	3.2.2.01.004.00011	DESP C/ SERVICOS TOMADOS DE TERCEIROS	
3037	3.2.2.01.004.00012	DESP C/ PUBLICIDADE DE ORDEM LEGAL	
4028	3.2.2.01.004.00013	DESP C/ SEGURO	
3038	3.2.2.01.005	ENCARGOS SOCIAIS E OBRIGACOES	
3039	3.2.2.01.005.00001	DESPESA C/ INSS S/ FERIAS	
3040	3.2.2.01.005.00002	DESPESA C/ FGTS S/ FERIAS	
3041	3.2.2.01.005.00003	DESPESA C/ INSS S/ 13º SALARIO	
3042	3.2.2.01.005.00004	DESPESA C/ FGTS S/ 13º SALARIO	
3043	3.2.3	DESPESAS FINANCEIRAS	
3044	3.2.3.01	DESPESAS FINANCEIRAS	
3045	3.2.3.01.001	DESPESAS FINANCEIRAS	
3046	3.2.3.01.001.00001	DESPESAS BANCARIAS	
4000	4	RECEITAS	
4001	4.1	RECEITAS OPERACIONAIS	
4003	4.1.3	RECEITAS FINANCEIRAS	
4004	4.1.3.01	RECEITAS FINANCEIRAS	
4005	4.1.3.01.001	RECEITAS FINANCEIRAS	
4006	4.1.3.01.001.00001	RENDIMENTO S/ APLICACOES FINANCEIRAS	
4017	4.1.3.01.001.00002	JUROS ATIVOS	

CAIO AUGUSTO DE OLIVEIRA CASELLA
DIRETOR ADM. FINANCEIRO
CPF: 293.779.738-56

RENATO VIEIRA PITA
Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP215876/O-8
CPF: 280.830.348-35

Sistema licenciado para RHPAY DO BRASIL SERVICOS E CONTABILIDADE LTDA ME

Empresa:	COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZACAO - SP SECURITIZACAO	Folha:	0001
CNPJ:	14.693.925/0001-70	Número livro:	0001
Período:	01/01/2017 - 31/12/2017		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017			
Descrição	2017	2016	
RECEITAS FINANCEIRAS	39.874,42	76.507,94	
RENDIMENTO S/ APLICACOES FINANCEIRAS	37.938,76	56.719,82	
JUROS ATIVOS	1.935,66	19.788,12	
OUTRAS RECEITAS	0,00	235,29	
REVERSAO DE PROVISAO	0,00	235,29	
RECEITA LÍQUIDA	39.874,42	76.743,23	
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	(550.462,53)	(1.491.518,28)	
DESP C/ PESSOAL	(486.516,28)	(1.373.082,54)	
SALARIOS	(191.095,00)	(517.786,43)	
INSS S/ SALARIOS	(86.805,33)	(236.876,84)	
FGTS	(16.834,10)	(44.889,70)	
FGTS RESCISAO	0,00	(10.832,00)	
PRO-LABORE CONSELHO FISCAL	(36.000,00)	(108.000,00)	
PROVISAO DE FERIAS	(24.717,84)	(59.619,38)	
PROVISAO DE 13º SALARIO	(14.636,93)	(45.518,48)	
DISSIDIO VALE REFEICAO	0,00	(760,96)	
DISSIDIO VALE ALIMENTACAO	0,00	(612,35)	
DISSIDIO COLETIVO	0,00	(3.211,08)	
VALE REFEICAO	(11.920,74)	(28.863,96)	
VALE ALIMENTAÇÃO	(8.506,34)	(20.330,30)	
PRO-LABORE CONSELHO ADM	(96.000,00)	(282.000,00)	
INDENIZACOES E AVISO PREVIO	0,00	(13.781,06)	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	(14.957,15)	(10.816,19)	
TFE	(152,46)	(143,44)	
CONTRIBUICAO SINDICAL PATRONAL	(8.105,82)	(4.790,52)	
TAXAS DIVERSAS	(2.924,73)	(2.324,61)	
PIS S/ RECEITA	(259,17)	(497,30)	
COFINS S/ RECEITA	(1.594,97)	(3.060,32)	
CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL	(1.920,00)	0,00	
DESPESAS GERAIS	(66.076,12)	(85.336,68)	
DESP C/ ASSISTENCIA CONTABIL	(59.473,74)	(62.789,24)	
DESP C/ AUDITORIA INDEPENDENTE	(4.708,47)	(18.862,94)	
DESP C/ CORREIOS E TELEGRAFOS	(84,05)	0,00	
DESP C/ CARTORIO	(9,00)	0,00	
DESP C/ SERVICOS TOMADOS DE TERCEIROS	(360,00)	(40,00)	
DESP C/ PUBLICIDADE DE ORDEM LEGAL	(1.243,50)	(3.605,04)	
DESP C/ SEGURO	(197,36)	(39,46)	
ENCARGOS SOCIAIS E OBRIGAÇÕES	17.087,02	(22.282,87)	
DESPESA C/ INSS S/ FERIAS	13.360,12	(9.038,87)	
DESPESA C/ FGTS S/ FERIAS	4.003,01	(2.708,25)	
DESPESA C/ INSS S/ 13º SALARIO	0,00	(8.106,80)	
DESPESA C/ FGTS S/ 13º SALARIO	(276,11)	(2.428,95)	
DESPESAS FINANCEIRAS	68,80	(877,23)	
DESPESAS BANCARIAS	68,80	(149,80)	
JUROS DE MORA	0,00	(575,64)	
IOF	0,00	(151,79)	
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(510.519,31)	(1.415.652,28)	
	(510.519,31)	(1.415.652,28)	

Sistema licenciado para RHPAY DO BRASIL SERVICOS E CONTABILIDADE LTDA ME

Empresa:	COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZACAO - SP SECURITIZACAO	Folha:	0001
CNPJ:	14.693.925/0001-70		
Balanco encerrado	31/12/2017		
BALANÇO PATRIMONIAL			
Código	Classificação	Descrição	2018
			31/12/2018
			2017
			31/12/2017
			2016
			31/12/2016
1000	1	ATIVO	
1001	1.1	ATIVO CIRCULANTE	
1002	1.1.1	DISPONIVEL	
1003	1.1.1.01	CAIXA GERAL	
1004	1.1.1.01.001	CAIXA	
1005	1.1.1.01.001.01000	CAIXA MATRIZ	
1006	1.1.1.02	BANCOS	
1009	1.1.1.02.003	APLICACOES FINANCEIRAS LIQUIDEZ	
1010	1.1.1.02.003.00001	BANCO DO BRASIL S/A	
1015	1.1.3	CREDITOS	
1016	1.1.3.01	ADIANTAMENTOS	
1022	1.1.3.01.009	TRIBUTOS A COMPENSAR	
4020	1.1.3.01.009.00005	SALDO NEGATIVO IRPJ 2014	
4021	1.1.3.01.009.00006	SALDO NEGATIVO IRPJ 2015	
4029	1.1.3.01.009.00007	SALDO NEGATIVO IRPJ 2016	
4061	1.1.3.01.009.00008	SALDO NEGATIVO IRPJ 2017	
4024	1.1.4	DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE PAGAS	
4025	1.1.4.01	DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE PAGAS	
4026	1.1.4.01.001	DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	
4027	1.1.4.01.001.00001	PREMIOS DE SEGUROS A VENCER	
2000	2	PASSIVO	
2001	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	
2002	2.1.1	OBRIGAÇÕES DO CIRCULANTE	
2003	2.1.1.03	BENEFICIOS E ENCARGOS SOCIAIS -	
2012	2.1.1.03.002	OBRIGACOES PREVIDENCIARIAS	
2013	2.1.1.03.002.00002	FGTS A RECOLHER	
2014	2.1.1.03.002.00030	IRRF S/ SALARIOS A RECOLHER	
2015	2.1.1.03.002.00031	INSS A RECOLHER	
2016	2.1.1.03.003	FORNECEDORES NACIONAIS	
2017	2.1.1.03.003.00002	FORNECEDORES	
2018	2.1.3	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	
2019	2.1.3.01	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	
2020	2.1.3.01.001	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇOES A	
2023	2.1.3.01.001.00014	CSLL, COFINS E PIS NA FONTE A	
2024	2.1.3.01.001.00015	IRRF S/ PESSOA JURIDICA A RECOLHER	
2077	2.1.3.01.001.00017	PIS A PAGAR	
3050	2.1.3.01.001.00018	COFINS A PAGAR	
2026	2.1.4	PROVISOES CIRCULANTE	
2027	2.1.4.01	PROVISOES	
2028	2.1.4.01.003	PROVISOES	
2029	2.1.4.01.003.00001	PROVISAO PARA FERIAS	
2031	2.1.4.01.003.00003	INSS S/ PROVISAO PARA FERIAS	
2033	2.1.4.01.003.00005	FGTS S/ PROVISAO PARA FERIAS	
2041	2.3	PATRIMONIO LIQUIDO	
2042	2.3.1	CAPITAL SOCIAL	
2043	2.3.1.01	CAPITAL SOCIAL	
2044	2.3.1.01.001	CAPITAL SUBSCRITO INTEGRALIZADO	
2046	2.3.1.01.001.00002	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO	
2047	2.3.1.01.001.00003	CIA S.P. DESENVOL. E MOBIL. ATIVOS -	
2064	2.3.6	OUTRAS CONTAS DO PATRIMONIO LIQUIDO	
2065	2.3.6.01	(-) PREJUIZOS ACUMULADOS	
2066	2.3.6.01.001	(-) PREJUIZOS ACUMULADOS	
2067	2.3.6.01.001.00001	(-) PREJUIZOS ACUMULADOS	
2069	2.3.7	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	
2070	2.3.7.01	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	
2071	2.3.7.01.001	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	
2072	2.3.7.01.001.00002	AJUSTE EXERCICIO ANTERIOR	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Conselho Fiscal da Companhia Paulistana de Securitização – SP Securitização examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstrações do Resultado Abrangente, complementadas pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento nas análises realizadas, no parecer emitido pela auditoria independente, AGUIAR FERES – AUDITORES INDEPENDENTES S/S EPP, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Diretoria Administrativa Financeira, este Conselho entende que as demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em seus aspectos relevantes, recomendando a sua aprovação pelos Senhores Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 26 de março de 2019.

RAFAEL BARBOSA DE SOUSA

Presidente do Conselho

JACSON RICARDO DE AVILLA PANICHI

Conselheiro

PEDRO IVO GANDRA

Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores

Companhia Paulistana de Securitização – SP Securitização

São Paulo (SP)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Paulistana de Securitização – SP Securitização (“SPSEC”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulistana de Securitização – SP Securitização em 31 de dezembro de 2018, o

desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à SPSEC, consoante os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Cabe ressaltar que cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os chamados “Principais assuntos de auditoria” são aqueles que, em nosso julgamento profissional, são os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses temas foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo, bem como na formação de nossa opinião sobre tais evidências contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses pontos.

- Em 31.12.2018 o saldo de prejuízos acumulados totalizou R\$ 4.416.553,98 correspondente a aproximadamente 97% do valor do Capital Social.
- A companhia não gerou receitas operacionais no decorrer do exercício de 2018;
- A companhia não possui empregados registrados;
- Não foram constatadas existências de registros de realização de compras no exercício;
- Não foram constatadas existências de registros de valores a receber gerados de operações;
- Não foram constatadas existências de registros de bens classificados no Ativo Permanente nos subgrupos Investimentos, Imobilizado e Intangível;
- Não foram constatadas contingências de naturezas cíveis e trabalhistas;
- Com base no Parecer PGM/CGC Nº 2877813 – PGM/CGC – PGM/Coordenadoria Geral do Trabalho da Secretaria Municipal de Justiça da Prefeitura de São Paulo, a companhia deixou de efetuar o pagamento da multa de 40% calculada sobre o saldo do FGTS de funcionários demitidos. Esse pode ser um fator de contingência futura.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas demais informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade consiste em ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este se encontra inconsistente com as demonstrações contábeis, com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou se, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se acaso concluirmos, com base no trabalho realizado, que há distorção significativa no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia Paulistana de Securitização – SP Securitização, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, nós exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e ou intencionais.

* Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos desta Companhia.

* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

* Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia Paulistana de Securitização – SP Securitização. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Outros

Chamamos a atenção para o fato que as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por outra firma, cujo relatório foi emitido em 12/03/2018 o qual não continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 15 de março de 2019.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP 022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Senhores Acionistas, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 26 de abril de 2019, às 11 horas e 30 minutos, no Viaduto do Chá, nº 15, 12º Andar – Sala 01, Centro, São Paulo/SP, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- (A) Em Assembleia Geral Ordinária:
- Item 1 - Exame, discussão e aprovação das Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
- Item 2 - Exame e aprovação do Relatório de Administração relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
- Item 3 - Eleição dos membros do Conselho de Administração com mandato unificado de dois anos a contar da data da eleição;
- Item 4 - Eleição do Presidente do Conselho de Administração pelo mesmo prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração;
- Item 5 - Eleição dos membros do Conselho Fiscal, com prazo de mandato até a assembleia geral que aprovar as demonstrações financeiras do exercício social de 2019.
- (B) Em Assembleia Geral Extraordinária:
- Item 1 - Alteração de endereço da sede da Companhia.
- São Paulo, em 28 de março de 2019.
- Luis Felipe Vidal Arellano
- Presidente do Conselho de Administração

LICITAÇÕES

GOVERNO MUNICIPAL

GABINETE DO SECRETÁRIO

6073.2018/0000282-8 – SGM/SECOM/Coordenação de Administração e Finanças – Cancelamento de Saldo de Nota de Empenho: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E

TELÉGRAFOS - ECT – 1. À vista dos elementos contidos no processo, especialmente às informações de docs. 015997670 e 015997684, AUTORIZO, com base na delegação de competência promovida pela Portaria n.º 219/2018-SGM, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, cancelamento do saldo da Nota de Empenho nº 113.442/2018, no valor de R\$ 326,35 (trezentos e vinte e seis reais e trinta e cinco centavos), emitida em favor da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT - CNPJ 34.028.316/0031-29.

AVISO DE ALTERAÇÃO DE LOCAL

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/ SVMA/2018

PROCESSO SEI Nº 6071.2018/0000076-0

OBJETO: Concessão para a prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção dos parques Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucláptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, bem como a execução de obras e serviços de engenharia.

A Comissão Especial de Licitação - CEL informa que fica alterado o local da sessão pública referente à abertura e julgamento dos envelopes de habilitação, que se realizará no dia 15 de abril de 2019, para o 11º andar - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Rua do Paraíso, nº 387 - Paraíso.

SEGURANÇA URBANA

GABINETE DO SECRETÁRIO

6029.2017/0001012-8 - Secretaria Municipal de Segurança Urbana - Inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN.- No exercício das atribuições a mim conferidas pela Portaria 35/MSU de 06 de julho de 2017, com fulcro no artigo 4º, inciso I, do Decreto Municipal 47.096 de 2006 e, à vista dos elementos de convicção constantes dos autos, nos termos do artigo 2º, inciso I, alínea “e” do referido Decreto, **AUTORIZO o REGISTRO PRELIMINAR** da pendência referente à multa imposta por despacho de 02/01/2018 (6159963), no valor de R\$ 302,40 (trezentos e dois reais e